

8/3
1

3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental n.º 0249755-2

Agravante: Anita Louise Regina Harley

Agravado: Espólio de Robert Bruce Harley Júnior, representado por sua inventariante Francisca de Paula Tavares da Silva Harley e OUTROS

Relator Substituto: Des. Itabira de Brito Filho.

EMENTA

SUCESSÃO. INVENTÁRIO. DECISÃO QUE NEGOU LEVANTAMENTO DE AÇÕES DE PROPRIEDADE DO ESPÓLIO. AGRAVO INSTRUMENTO. INVENTARIANTE QUE REPRESENTA TODOS OS HERDEIROS NECESSÁRIOS. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA LIMINAR DEFERIDA PELA RELATORIA. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO LEGAL ANTES DA PARTILHA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. IRREVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. À UNANIMIDADE.

1. Decisão correta do juízo *a quo* que negou o levantamento das ações pertencentes ao espólio, antes de ultimada a partilha.
2. O efeito suspensivo só foi concedido pelo relator quase dois anos após o pedido.
3. Evidenciado falta do *periculum in mora* e dano irreparável.
4. Impossibilidade de extinção do condomínio legal antes da partilha.
5. Irreversibilidade do provimento da relatoria.
6. Agravo Regimental provido. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da 3ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, unanimemente, dar provimento ao Agravo Regimental interposto.

Recife,



Des. Itabira de Brito Filho

Relator substituto.

004 808

3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental n° 0249755-2

Agravante: Anita Louise Regina Harley

Agravado: Espólio de Robert Bruce Harley Júnior, representado por sua inventariante Francisca de Paula Tavares da Silva Harley e OUTROS

Relator Substituto: Des. Itabira de Brito Filho.

RELATÓRIO

Trata a hipótese de Agravo Regimental interposto por Anita Louise Regina Harley contra liminar deferida pelo Eminentíssimo Des. Silvio Beltrão nos autos do Agravo de Instrumento n° 249755-2, este, por sua vez, interposto pelo Espólio de Robert Bruce Harley Junior, representado por sua inventariante Francisca de Paula Tavares da Silva Harley, e pelos herdeiros Ana Paula Harley, Ana Beatriz Harley Conolly, Robert Bruce Harley, Ana Cecilia Harley Noronha e Hugh Anthony Harley.

O mencionado agravo de instrumento foi interposto contra decisão da lavra da Exma. Juíza da 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da capital, nos autos do inventário n° 001.1990.034040-2, que, revisitando seu posicionamento anterior, negou o levantamento de ações de propriedade do espólio, antes de ultimada a partilha, ações essas encontradas no curso do inventário por uma empresa de nome GREPAC.

Versa aquele Agravo de Instrumento, assim, sobre a possibilidade de divisão, antes mesmo da partilha, de ações (e seus dividendos) de propriedade do Espólio que não constavam das primeiras declarações e ainda da proporcionalidade de tal divisão.

Apesar de ter sido distribuído em 27.07.2011, o efeito suspensivo somente foi analisado em 13.06.2013, ou seja quase 2 anos depois, e ali o Eminentíssimo relator determinou a imediata transferência daquelas ações (localizadas no curso do inventário pela empresa GREPAC), através de alvará judicial, de forma igualitária para todos os herdeiros, na proporção de 1/3 (um terço) para cada um deles.

Essa é a decisão liminar atacada pelo presente Regimental.

É O RELATÓRIO

Recife,


Des. Itabira de Brito Filho.

Relator substituto.

809
1

3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental n.º 0249755-2

Agravante: Anita Louise Regina Harley

Agravado: Espólio de Robert Bruce Harley Júnior, representado por sua inventariante Francisca de Paula Tavares da Silva Harley e OUTROS

Relator Substituto: Des. Itabira de Brito Filho.

VOTO

Entendo relevante transcrever parcialmente o relatório apresentado.

Trata a hipótese de Agravo Regimental interposto por Anita Louise Regina Harley contra liminar deferida pelo Eminente Des. Silvio Beltrão nos autos do Agravo de Instrumento n.º 249755-2, este, por sua vez, interposto pelo Espólio de Robert Bruce Harley Junior, representado por sua inventariante Francisca de Paula Tavares da Silva Harley, e pelos herdeiros Ana Paula Harley, Ana Beatriz Harley Conolly, Robert Bruce Harley, Ana Cecilia Harley Noronha e Hugh Anthony Harley.

O mencionado agravo de instrumento foi interposto contra decisão da lavra da Exma. Juíza da 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da capital, nos autos do inventário n.º 001.1990.034040-2, que, revisitando seu posicionamento anterior, negou o levantamento de ações de propriedade do espólio, antes de ultimada a partilha, ações essas encontradas no curso do inventário por uma empresa de nome GREPAC.

Versa aquele Agravo de Instrumento, assim, sobre a possibilidade de divisão, antes mesmo da partilha, de ações (e seus dividendos) de propriedade do Espólio que não constavam das primeiras declarações e ainda da proporcionalidade de tal divisão.

Apesar de ter sido distribuído em 27.07.2011, o efeito suspensivo somente foi analisado em 13.06.2013, ou seja quase 2 anos depois, e ali o Eminente relator determinou a imediata transferência daquelas ações (localizadas no curso do inventário pela empresa GREPAC), através de alvará judicial, de forma igualitária para todos os herdeiros, na proporção de 1/3 (um terço) para cada um deles.

Essa é a decisão liminar atacada pelo presente Regimental.



810
|

Em primeiro lugar, inexistiu o dano irreparável ou de difícil reparação que justificasse a modalidade instrumental eleita, que dirá a liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento. Tanto é verdade, que o mesmo restou concluso por longos 2 anos sem que seu efeito suspensivo fosse analisado.

Ademais, se trata de determinação de levantamento de alvarás de valores vultosos, através de liminar em sede de Agravo de Instrumento. Tratando-se, assim, provimento de caráter irreversível em sede de juízo perfunctório, hipótese que vem sendo inadmitida pelos tribunais pátrios, como se infere dos julgados ora colacionados:

MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA LIMINAR CONCEDIDA NO WRIT. CABIMENTO. MEDIDA LIMINAR SATISFATIVA. CONCESSÃO. POSSIBILIDADE. ART. 54 DA LEI 9.784/99. DECADÊNCIA. CONFIGURAÇÃO. APLICAÇÃO À QUALQUER MEDIDA QUE IMPORTE IMPUGNAÇÃO À VALIDADE DO ATO.

I - A Corte Especial, no julgamento do AgRg no MS 11.961/DF, de minha relatoria, DJU 19.11.2007, definiu, por maioria de votos, que cabe Agravo Regimental contra decisão que analisa o pedido de liminar em Mandado de Segurança.

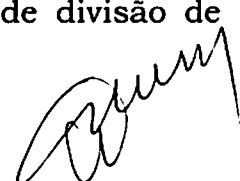
II - Não há qualquer proibição de se conceder medida liminar de caráter satisfativo, desde que não seja irreversível. Precedentes.

III - Mesmo não podendo aplicar retroativamente o art. 54 da Lei 9.784/99, deve ser reconhecida a decadência do direito de a Administração rever o ato de ingresso da impetrante, ocorrido em 1985, eis que decorridos mais de 9 (nove) anos entre o advento daquela lei e o ato que importou em sua exoneração de ofício.

IV - A decadência prevista na lei 9.784/99 opera-se sobre o direito ao exercício de qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato, seja ele nulo ou anulável. Agravo regimental desprovido

Assim, afora a ausência de dano que justificasse a liminar deferida, note que a **mesma é irreversível**, pois, uma vez sacados os alvarás, seria praticamente impossível, em caso de reforma daquela decisão, ou improvimento do mérito do agravo de instrumento, reaver tais valores, constituindo, aquela liminar ora recorrida, medida irreversível, com prejuízo ao espólio e, indiretamente, aos demais herdeiros.

De toda sorte, além das questões processuais que impediriam o deferimento da liminar recorrida, noto que a questão primordial do presente agravo trata da possibilidade de divisão de bens do espólio



811
antes de ultimado o inventário e a necessária partilha, antes, dessa forma, de se precisar o quantum cabível a cada um dos herdeiros.

O art. 1791 do Código Civil Brasileiro (que recepcionou o art. 1580 Do Código Civil de 1916) estabelece o princípio da indivisibilidade da herança quanto a propriedade e posse de seus bens, até que se ultime a partilha, instituindo, sobre ela um condomínio legal, vedando a divisão antecipada do patrimônio.

Além disso, no caso em apreço se trata de sucessão testamentária, onde há cláusula específica instituindo um condomínio “em cada ação e cada quota, e não um condomínio em grupo ou lotes de ações e quotas”, como se infere da cláusula XIV do mencionado testamento.

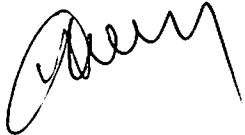
Desse modo, além de legal, por força do art. 1791 do Código Civil o condomínio encontra respaldo ainda no próprio testamento deixado pela *de cujus*, cujas declarações de última vontade devem ser (sempre que não contrárias à lei) respeitadas em todos os seus termos.

Tal matéria, como destacado no presente recurso, já foi alvo de enfrentamento por essa Corte, mais precisamente pela 3ª CC, sob a relatoria do Eminentíssimo Des. Fábio Eugênio através do julgamento do recurso de apelação nº144712-5, interposto pelos mesmos ora Agravantes no Agravo de Instrumento de onde foi extraído o presente regimental.

A mencionada apelação foi oriunda de uma ação que visava exatamente extinguir aquele condomínio testamentário. Ali ficara assentado o entendimento de que “afigura-se juridicamente impossível o pedido de extinção de condomínio estipulado em cláusula testamentária, visto que esta somente surtirá efeito após ultimada a partilha”.

Assim, o condomínio estipulado no testamento é válido e eficaz, seja por expressa determinação legal, seja pelo julgado deste TJPE que afastou expressamente a sua extinção.

Ademais, as ações capitaneadas pela empresa GREPAC, ao acrescer o patrimônio do espólio trazem ainda mais incerteza quanto aos bens a serem partilhados, e essa foi uma das razões que levaram o *juízo a quo*, revendo seu entendimento, indeferir a transferência daquelas ações, naquele momento, para o nome dos herdeiros.



8/2
1

Destaco a transcrição de parte da decisão de primeiro grau (alvo do agravo de instrumento) que trata dessa matéria: **"Some-se isto, o fato de que as ações captadas pela empresa GREPAC, vieram acrescer o patrimônio inventariado, tornando ainda mais imprevisível o montante a ser partilhado, já que não se sabe quantas ações e quotas pertencem a parte disponível, e quantas ações e quotas irão fazer parte da legítima, porque, recorde-se, o que ultrapassar a disponível, fará parte da legítima"**.

É de se realçar ainda, que a forma igualitária com que foi determinada a divisão daquelas ações é contrária às disposições testamentárias, uma vez que naquelas declarações de ultima vontade a testadora atribui à ora agravante 50% (cinquenta por cento) de seu disponível, de tal modo que mesmo que fosse possível a partilha antecipada de bens, essa deveria respeitar o que fora instituído no testamento, o que não fez aquele relator ao distribuir aquelas ações na proporção de 1/3 para cada um dos herdeiros.

Dessa forma, além de esbarrar nas questões processuais (**ausência de dano irreparável ou de difícil reparação que justificasse a liminar deferida e ainda a visível irreversibilidade do provimento**), a decisão ora recorrida, ao determinar liminarmente a divisão do patrimônio hereditário antes de ultimada a partilha ainda contraria entendimento já pacificado nesta Corte, o art. 1791 do Código civil e as declarações de ultima vontade do testador (esta ultima contrariada ainda pela proporção utilizada na mencionada divisão).

Por essas razões, é que DOU PROVIMENTO ao presente Agravo Regimental, com o necessário recolhimento dos alvarás que, porventura, já tenham sido expedidos.

É COMO VOTO

Recife,


Des. Itabira de Brito Filho.
Relator substituto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 249755-2

Agravante: Anita Louise Regia Harley

Agravado: Espólio de Robert Bruce Harley Júnior e outros

Des. Eduardo Sertório

VOTO VISTA

O Espólio de Robert Bruce Harley Júnior interpôs agravo de instrumento contra decisão proferida pela juíza da 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, nos autos da ação de inventário dos bens deixados por Erenita Helena G. Cavalcanti Lundgren.

No referido inventário, após contratação de determinada empresa, foram localizadas ações e dividendos existentes em nome da falecida. Diante de tal situação, pretende o Espólio a antecipação equitativa de quinhão para todos os herdeiros, e que o valor obtido com a venda das citadas ações e seus dividendos, fossem divididos equitativamente entre os herdeiros.

A juíza monocrática proferiu a decisão agravada (fls. 34/37) não autorizando a antecipação equitativa do quinhão.

Contra esta decisão, o Espólio de Robert Bruce Harley Júnior interpôs agravo de instrumento com pedido de liminar, ora em sede de agravo regimental, requerendo a reforma da referida decisão.

Observo ter o Des. Sílvio Beltrão proferido decisão interlocutória deferindo o provimento liminar requerido na peça recursal, determinando a imediata transferência das ações de forma igualitária entre os herdeiros (fls. 602/604).

Contra esta decisão, a Sra. Anita Louise Regina Harley ingressou com o presente agravo regimental pretendendo a revogação da liminar concedida no agravo de instrumento principal, ora objeto de julgamento.

O cerne da questão envolve, portanto, a existência ou não de perigo da demora e fumaça do bom direito para a concessão da liminar proferida no agravo de instrumento.

Destaco já ter manifestado-me sobre a questão nos autos do Mandado de Segurança nº 308976-7, impetrado por Ananda Harley contra

decisão proferida pelo Des. Tenório dos Santos no Mandado de Segurança nº 308313-0, por sua vez impetrado contra a mesma liminar ora objeto de recurso.

Assim, reproduzo os argumentos lançados no aludido feito:

A análise a ser feita no presente momento, diz respeito, tão somente, ao pedido de liminar formulado pelos ora impetrantes, para sustar os efeitos do ato coator e restaurar os efeitos da decisão do Desembargador Sílvio Beltrão, no Agravo de instrumento 249.755-2, determinando a imediata transferência das ações de forma igualitária para todos os herdeiros.

Conforme estabelece o art. 7º, inc. III da lei 12.016/2009, a medida liminar deve ser concedida "quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a **ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida.**"

Esta expressão em negrito deve ser entendida, da mesma forma consagrada pela doutrina, no tocante ao *periculum in mora*, ou seja, o perigo da demora na entrega da prestação jurisdicional.

Qual a discussão objeto da presente lide? Existe um inventário relativo aos bens deixados pela Sra. Erenita Helena Groschke Cavalcanti Lundgren, inventário este com duração de aproximadamente 20 anos e, segundo os ora impetrantes, apesar de ser uma das maiores fortunas do Estado, nada ainda foi partilhado entre os herdeiros.

Há de se estranhar, o motivo pelo qual, haja divergência entre os herdeiros na distribuição de ações, principalmente quando esta distribuição ocorreria de forma equitativa dos quinhões.

Na ótica perfunctória dos provimentos liminares, para a sua concessão deve o magistrado encontrar-se convencido da existência do perigo da demora e da irreversibilidade do provimento, tal qual estabelece o art. 7º, inc. III da lei 12.016/2009.

No caso em tela, não enxergo nas razões tecidas no presente *madamus*, qualquer situação capaz de justificar a concessão da medida liminar pleiteada.

Ora, como informa os próprios impetrantes, o presente inventário se arrasta por longos 20 anos e as partes suportaram esperar todo este tempo.

Demais disso, outro elemento chama a atenção. Entre a interposição do agravo de instrumento e a decisão interlocutória concessiva do efeito ativo, proferida pelo Des. Sílvio Beltrão, passaram-se aproximadamente 2 anos, fato este que apenas confirma a desnecessidade do provimento emergencial.

Por outro lado, o art. 7º, inc. III da lei 12.016/2009 é claro ao estabelecer que a liminar deve ser concedida quando "do ato impugnado puder resultar a **ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida.**"

No caso em tela a situação é exatamente ao contrário. A autorização para o adiantamento da partilha das referidas ações pode ser feita a qualquer momento, após o término da discussão no Judiciário. Já a irreversibilidade da medida é latente, pois a discussão em foco trata da preservação da vontade do testador.

Com a distribuição das ações neste momento, acaso mais a frente venha ser entendido o contrário, seria ineficaz a tutela, pois a vontade do testador já seria violada, não havendo como reverter o provimento, pois não é o dinheiro o objeto a ser tutelado e sim a vontade da *de cufus*.

4/5
8

Diante de uma irreversibilidade fática e não jurídica, veda-se expressamente a concessão da liminar.

Neste toar, colha-se a lição da doutrina:

A concessão da medida liminar será de rigor quando o fundamento do pedido for relevante e estiver presente o risco de ineficácia do provimento final a ser concedido. O dispositivo evidencia a natureza preponderantemente cautelar da decisão liminar, que em regra assegura a eficácia do provimento final, sendo que em alguns casos pode ganhar feições de antecipação de tutela, autorizando inclusive a execução provisória.

Porém, a partir de uma interpretação sistemática, se houver risco de irreversibilidade, fática e não jurídica, a medida não deverá ser deferida, já que a caução não será suficiente para permitir a volta à situação fática anterior à concessão da liminar. (grifos acrescentados)(GOMES JUNIOR, Luiz Manoel; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira (...)
Comentários à nova lei do mandado de segurança, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 87)

Em remate, não há qualquer fato justificador para a concessão da liminar, nenhum elemento a justificar o perigo da demora, bem como é evidente que concedida à medida liminar, será impossível reverter o *status quo ante*.

Diante do todo o exposto, **NEGO** a liminar pleiteada.

Publique-se. Após remetam-se os presentes autos à douta Procuradoria de Justiça do Estado de Pernambuco para ofertar o competente parecer.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

Assim, exclusivamente sobre a ótica da *periculum in mora* considero não estar preenchido tal requisito em decorrência do transcurso de tempo entre o pedido e a liminar concedida (2 anos), **não havendo qualquer consideração meritória sobre o direito que será objeto de apreciação quando do julgamento de fundo do agravo de instrumento.**

Dessa forma, voto no sentido de **dar provimento** ao agravo regimental para reformar a liminar concedida.

É o voto.

Recife, 26.9.13

Eduardo Sertório
Desembargador



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 12.09.2013

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 249755-2 -
RECIFE

AGRAVANTE: ANITA LOUISE REGINA HARLEY

AGRAVADO: ESPÓLIO DE ROBERT BRUCE HARLEY JÚNIOR,
REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE, FRANCISCA DE PAULA
TAVARES DA SILVA HARLEY e outros

RELATOR: DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO

VOTO-VISTA DO DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA ÀS FLS. 797 a
801 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Eu, senhor Presidente, gostaria de acrescentar que tomo esta decisão de forma, na minha ótica, técnica processual diante de um agravo regimental, mas fica a minha preocupação com relação a todo esse processo de inventário que perdura por mais de vinte anos, não se chega ao fim, e eu me questionei diversas vezes, por que inventariantes, herdeiros, não querem receber o valor, um montante, me parece, enorme, nesse processo, enorme, e eu, em duas oportunidades ou três do voto eu me referi, no momento eu devo seguir estritamente a linha técnica do agravo regimental. Não sei se em outra oportunidade, se outros recursos tiverem, eu vou me manter nessa mesma posição.

É um agravo regimental apenas, porque é difícil eu conceber a idéia de que herdeiros não querem receber antecipação de partilha, não é?

E fundamentei mais, senhor Presidente, pela inexistência de mudança, as circunstâncias dos fatos. Permaneceram inalterados por dois anos. Talvez, quem sabe, se houvesse a comprovação de uma necessidade de liberar uma coisa para força de alimentação, mas as circunstâncias permaneceram as mesmas, e o tempo decorrido entre a propositura do agravo de instrumento até a liminar, dois anos, realmente faz com que desapareça o perigo de mora.

DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO (RELATOR)

Desembargador, só um esclarecimento.

Como um dos assessores do desembargador Sílvio Beltrão está no meu gabinete, me foi por ele confidenciado que essa demora de dois anos para o desembargador deliberar sobre essa decisão decorreu de uma exceção de suspeição. Enquanto não foi julgada, o desembargador, evidentemente, não poderia emitir o seu voto, seu entendimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Salvo engano, a demora foi apenas por esse fato.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Eu agradeço. Eu desconhecia as razões, inclusive essa foi uma das fundamentações do Mandado de Segurança, mas, de qualquer forma, como já me referi, trato a coisa pelo aspecto técnico, porém, num futuro, se eu der a sorte ou, não sei, o azar de ser novamente chamado para apreciar este processo, poderei até preservar meu posicionamento, mas poderei também pensar diferente.

É como voto, senhor Presidente, agradecendo.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE)

O voto do desembargador Agenor é no sentido de acompanhar o voto do relator, desembargador Itabira, dando provimento ao recurso.

Eu peço vista dos autos.

Doutor Augusto Quidute, por favor, Vossa Excelência está devidamente trajado, apesar de ser uma pessoa conhecida de todo o Tribunal, Vossa Excelência bem sabe que já foi encerrado o julgamento.

De toda maneira, alguma questão de fato a esclarecer à corte será bem-vinda. Peço apenas que decline o seu nome, número da OAB e a parte que representa.

ADVOGADO AUGUSTO QUIDUTE – OAB 14525524 (PELA AGRAVANTE REGIMENTAL, ANITA LOUISE REGINA HARLEY)

É somente, como advogado do processo em primeira instância aqui no Tribunal há cerca de dez anos e advogado da grande maioria dos recursos que tramitam no Tribunal que giram em torno desse inventário, eu posso esclarecer ao desembargador Itabira que, de fato, ocorreu uma exceção, foi arguida uma exceção de suspeição do desembargador Sílvio com fundamento em imparcialidade e esse processo foi julgado há cerca de cinco anos atrás e, em razão do julgamento pela Corte dessa exceção de suspeição, a interrupção do processo, a suspensão a que alude o artigo 307 já havia se encerrado seguramente há três ou quatro anos atrás.

O relator dessa exceção de suspeição foi o desembargador Adalberto de Oliveira Melo. Esse processo se encontra no STJ, todavia sem residir nessa exceção de suspeição qualquer questão impeditiva, porque o artigo 307 fala



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

que a suspeição, ela provoca a suspensão do processo até que ele seja derradeiramente julgado, e o derradeiro julgado foi quando ele foi julgado pela Câmara.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE)

Doutor Augusto, Vossa Excelência está dizendo não, a demora não decorreu do efeito, a suspensão já havia sido julgada.

ADVOGADO AUGUSTO QUIDUTE – OAB 14525524 (PELA AGRAVANTE REGIMENTAL, ANITA LOUISE REGINA HARLEY)

Exato.

DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO (RELATOR)

Na verdade, Presidente, eu apenas tentei esclarecer porque foi o que me foi repassado por um assessor que foi do desembargador Sílvio, por isso que eu trouxe isso. Não tinha conhecimento de que o doutor Quidute é quem acompanha o processo, ele sabe melhor que eu e ele esclareceu melhor a Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

E Vossa Excelência, desembargador Itabira, realmente afirmou antes, foi a informação passada por um assessor.

DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO (RELATOR)

Exatamente.

DECISÃO

“ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO, APÓS O VOTO DO RELATOR E O DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA EM SUBSTITUIÇÃO AO DESEMBARGADOR BARTOLOMEU, AMBOS DANDO PROVIMENTO AO RECURSO”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL -26.09.2013.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 249.755-2 –
RECIFE

AGRAVANTE : ANITA LOUISE REGINA HARLEY

AGRAVADOS : ESPÓLIO DE ROBERT BRUCE HARLEY JÚNIOR, REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE
JUÍZA DA 1ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS DA
CAPITAL, DRA MARIA

RELATOR : DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO

FEITO ADIADO A REQUERIMENTO DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO EM SESSÃO DE 12.09.2013 APÓS O VOTO DO RELATOR E O DES. AGENOR FERREIRA LIMA EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. BARTOLOMEU, AMBOS DANDO PROVIMENTO AO RECURSO.

VOTO DE VISTA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO ÀS FLS. 814/815 DOS AUTOS.

DECISÃO:

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR RELATOR”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL -26.09.2013.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 249.755-2 –
RECIFE

AGRAVANTE : ANITA LOUISE REGINA HARLEY

AGRAVADOS : ESPÓLIO DE ROBERT BRUCE HARLEY JÚNIOR, REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE

JUIZA DA 1ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS DA
CAPITAL, DRA MARIA

RELATOR : DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO

FEITO ADIADO A REQUERIMENTO DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO EM SESSÃO DE 12.09.2013 APÓS O VOTO DO RELATOR E O DES. AGENOR FERREIRA LIMA EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. BARTOLOMEU, AMBOS DANDO PROVIMENTO AO RECURSO.

VOTO DE VISTA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO ÀS FLS. 814/815 DOS AUTOS.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR RELATOR".
